

## **Depoimento à Comissão Independente para a Descentralização**

João César das Neves

Começo por agradecer muito o honroso e desafiante convite para esta audição, embora deva dizer à partida que não sou especialista na matéria. Estudei o assunto e tenho opinião formada, mas não sou perito no tema, pelo que as palavras seguintes têm de ser tomadas como formalização de uma mera opinião pessoal.

Vou apenas pronunciar-me, muito brevemente neste depoimento escrito, exclusivamente acerca da possibilidade de Portugal enveredar pela concretização das regiões administrativas, como consta no capítulo IV da Constituição da República.

Afirmo que sou contra a regionalização, por cinco grandes razões, que apresento muito sinteticamente adiante.

### **1. Razão conceptual**

A primeira razão tem a ver com a própria natureza nacional: Portugal não tem regiões. A generalidade dos países regionalizados são-no após muitos, longos e graves problemas, que tiveram de ser resolvidas por este meio. Não é o nosso caso.

Temos as fronteiras mais antigas do mundo, somos dos poucos “estados-nação” do mundo, referidos nos manuais internacionais. Isso deve-se, em grande medida, ao facto de Portugal ser um país muito estranho: estado de dimensão média, mas muito diversificado; andamos 100 Km e estamos numa zona muito diferente. Não existem blocos bem definidos.

A história das divisões administrativas do país, que têm sido várias e diversificadas ao longo dos séculos, prova claramente que em Portugal não há regiões. Tirando as ilhas e, eventualmente, o Algarve, as outras partes são realmente indefiníveis. Qualquer divisão seria arbitrária. Mesmo hoje, temos divisões e grelhas nacionais muito diferentes, conforme os motivos (turismo, cultura, educação, transportes, vinho, hídrica, etc., etc.). A dificuldade de fazer as regiões é prova que não existem. A sua imposição centralizada seria criar um problema que não temos.

Esta Comissão é, aliás, mais uma evidência deste facto. Trata-se de um movimento «top-down», em que o centro anda a perguntar à sociedade se quer a regionalização, precisamente por não existirem dinâmicas locais nesse sentido. Na falta de partidos regionais, aliás proibidos pela Constituição, é o vazio<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Deve dizer-se que uma forma democrática e adequada de proceder, seria permitir esses partidos regionais. Então se veria se eles dariam azo a movimentos locais e qual a sua geometria. Só então existiria

Em conclusão, pode dizer-se que a regionalização é um problema que não existe, e que a classe elite intelectual quer criar. Aparece como instrumento para outras coisas: descentralização, redistribuição, desenvolvimento. O problema aí é a demonstração que as regiões são boas vias para conseguir esses objectivos.

O ónus dessa prova está, evidentemente em quem pretende demonstrar essa vantagem, pois o instrumento é abstruso e alheio à nossa tradição. Aqui a falta de estudos é fatal. A grande maioria dos pronunciamentos são, como este, opinativos, mas sem base substantiva. Mas não será a carência de estudos sérios mais uma prova da ausência da questão?

## **2. Razões financeiras**

Uma segunda questão é que a regionalização vai aumentar, e certamente muito, as despesas do Estado, criando mais impostos e, conseqüentemente, atrasos no desenvolvimento do país.

Pode dizer-se que isso depende do tipo de regionalização e, mais uma vez, são precisos estudos para quantificar a asserção. Mas a resposta é bastante mais fácil do que parece pois, em Portugal, todas as acções políticas, quase sem excepção, aumentam a despesa pública. Se alguém acha mesmo que isso não irá acontecer com esta, tem ainda o ónus da prova, se é que vale a pena imaginar alguém que possa afirmar tal coisa.

## **3. Razões de desenvolvimento**

A terceira razão liga-se ao magno problema do progresso nacional. É verdade que a promoção do desenvolvimento é um dos maiores argumentos dos regionalistas, como foi dito. E eles até têm uma prova documental: o grande avanço que as duas regiões actuais, Açores e Madeira, tiveram desde o lançamento da autonomia.

Mas esse raciocínio sofre da chamada «falácia da composição». As ilhas ganharam porque eram as duas únicas regiões. Quanto tudo tiver uma região, ninguém tem vantagem comparativa (a não ser, talvez, as mais fortes; ver abaixo ponto 4).

Para o desenvolvimento, a principal ameaça é a criação de uma nova camada de políticos/burocratas, que vão afastar as populações do poder real ou oprimi-las. Note-se que quem mais se queixava (e queixa) da distância do interior a Lisboa era o povo, que queria protestar pelos abusos dos caciques locais. São esses caciques que agora vão ganhar poder, sendo «Presidente do Alentejo», «Secretário Regional do Algarve», «Deputado do Norte».

---

legitimidade para avançar com a regionalização. A actual Constituição inclui a aberração de proibir os partidos regionais, mas impor a regionalização como ideologia central.

Por outro lado, a coordenação entre departamentos (agricultura e ambiente, saúde e seg. social, etc, etc), que é hoje má a nível local, passará a ser pior. Não só porque o número de níveis administrativos aumenta, mas sobretudo porque, sendo as fronteiras arbitrárias, a definição de regiões vai separar vizinhos próximos.

Existem muitos outros argumentos de desenvolvimento, mas refiro apenas mais dois: a possibilidade de se virem a criar barreiras, bairrismos e lutas, além da dificuldade acrescida em realizar projectos de índole nacional, ou até grandes projectos regionais (e.g. Alqueva).

É verdade que temos graves problemas nacionais de desenvolvimento, que a solução actual não conseguiu resolver. É verdade que a descentralização é uma via importante para esse progresso. Esse é outro dos grandes argumentos dos regionalistas. Mas isso não torna automaticamente válidas as soluções diferentes da actual, que necessariamente são menos naturais e óbvias, razão pela qual nunca foram tentadas.

Por outro lado, o mundo vive hoje uma magna transformação, que ninguém sabe onde nos conduz. Andar a fazer mudanças estruturais em momento de tensão e incerteza é muito insensato.

#### **4. Razões de redistribuição e igualdade**

Um outro aspecto importante é o agravamento da desigualdade. Com a criação das regiões será mais complexo fazer redistribuição a nível nacional, pois os líderes das regiões mais ricas (Lisboa, Madeira, Algarve) vão ter mais poder e têm de mostrar serviço. Não podem ficar para trás.

Por outro lado, a grande desigualdade registada em Portugal é dentro das NUTS (entre Porto e Bragança, mais que entre Porto e Lisboa), não entre NUTS. Ora essa desigualdade intrarregional será mais difícil de resolver, pelo poder da região. Certamente que com regiões administrativas será mais difícil redistribuir os fundos, os recursos e o poder para as zonas mais desfavorecidas.

#### **5. Razão de fundo**

Existe ainda uma última razão, que me parece a mais poderosa: a regionalização reforçará duas das forças mais paralisantes do país: o corporativismo dos interesses e a arrogância das elites.

Em primeiro lugar, ao formalizar um novo nível de poder, vai aumentar as clientelas, os compadrios, as burocracias, que tanto mal têm feito ao país ao longo da nossa história, que destruíram todas as versões anteriores da nossa democracia, e que permanecem uma ameaça bem tangível na actualidade.

A segunda razão pode ser expressa como defesa da dignidade do Parlamento. A sobrançeria das elites tem sido o outro grande inimigo nacional, que se manifestano facto de, em 45 anos de democracia, apenas por duas vezes o nosso parlamento sentiu a necessidade de perguntar alguma coisa ao povo, por meio de referendo. Já conseguiu inverter a resposta do primeiro; esta Comissão está a trabalhar para inverter a resposta ao segundo. Se um dia tivermos regionalização, será muito difícil dizer que o Parlamento não perdeu completamente a vergonha.

### **Conclusão**

A descentralização permanece como uma prioridade importante do nosso desígnio político. Ela tem sido sucessivamente anunciada, mas ainda está, em grande medida, por cumprir. A globalização e a grande aceleração do desenvolvimento mundial criam novos e grandes desafios à sociedade portuguesa, como a tantas outras. Neste quadro, a imposição, por capricho elitista da Constituição de 1976, de regiões administrativas em Portugal parece ser uma medida com benefícios muito duvidosos e custos certos e enormes.

João César das Neves

13 de Maio de 2019